

AMIGOS, AMIGOS, POLÍTICA À PARTE

O governador de São Paulo integra o pequeno grupo de interlocutores do presidente que o trata pelo primeiro nome — e vice-versa —, mas a amizade de quase 30 anos entre ambos nem sempre tem a cor do céu de brigadeiro

CRISTIANA LOBO
e MARIA INÊS NASSIF

A relação é de intimidade. O governador de São Paulo, Mário Covas, faz parte de um pequeno círculo de interlocutores que trata o presidente da República pelo prenome, Fernando. E o presidente Fernando Henrique, da mesma forma, chama o governador de Mário. A amizade de quase 30 anos entre Mário e Fernando, no entanto, nem sempre tem a cor do céu de brigadeiro. Nos momentos em que o tempo fecha, o presidente sempre faz a leitura: "O Mário é assim mesmo." E o governador, pelo menos no episódio, engolido a água, do encontro secreto entre o presidente e o arquiinimigo dos tucanos paulistas, Paulo Maluf, deixou escapar o comentário: "O Fernando não tem jeito..."

Pelos desentendimentos passam a fátia de poder da paróquia paulista, formas de interpretação da política nacional e, desde que Covas e Fernando Henrique assumiram seus postos executivos, no dia 1º de janeiro de 1995 — Mário o governador do Estado de São Paulo e Fernando a Presidência da República —, assuntos da administração pública. "Tudo para São Paulo é mais difícil", repete Covas, em cada embate com a área técnica do governo federal. "O Mário faz o estilo chorão", responde sempre o presidente, quando é informado das reclamações do governador.

A amizade começou em 1978,

quando o então apenas sociólogo Fernando Henrique compôs a chapa do MDB pelas duas vagas ao Senado. Ele convidou Covas, ainda sob o peso da cassação imposta pelo regime militar, para participar do comando de sua campanha — e foi a primeira vez que o ex-deputado subiu ao palanque, depois do afastamento compulsório da política, para apoiar Fernando Henrique, Franco Montoro e Severo Gomes ao Senado. Venceram Montoro e Gomes. Fernando Henrique ficou como suplente. Assumiu o Senado em 1982, quando Montoro venceu a disputa pelo governo do Estado.

Quêrcia — Em 1979, já com a cassação suspensa, Covas assumiu a presidência do diretório estadual do MDB. Na época, a briga interna do partido reunia o hoje governador, Fernando Henrique e Montoro contra o senador Orestes Quêrcia, que avançava sobre a estrutura no interior. Com o apoio deles, Covas foi guindado à direção partidária.

Indicado para prefeito da capital por Montoro depois de uma votação estrondosa para a Câmara dos Deputados, Covas passou o bastão da presidência do partido para Fernando Henrique. Na Prefeitura, a choradeira de Covas se dirigia ao secretário estadual de Fi-

nanças, José Serra, que recém-desembarcava na política via governo Montoro. Acusava-o de boicotar a administração da capital.

A partir daí, o partido sempre esteve no centro das divergências entre Covas e Fernando Henrique. "As questões da paróquia paulista sempre permearam a vida do PSDB", relata um ex-integrante. Existe, em São Paulo, no partido dos tucanos, o grupo "covista" e outro, onde se misturam Serra e Fernando Henrique, em franca rivalidade.

A primeira grande disputa por espaço político ocorreu em 1986, quando ambos se candidataram às duas vagas para o Senado — e, mais que isso, à posição de mais votado na Constituinte. Os dois mantiveram a cordialidade, mas suas assessorias liberaram o veneno. A de Fernando Henrique reclamava que o comando da campanha de Covas omitira o nome do outro candidato do PMDB ao Senado no material de propaganda política.

Os "covistas" entraram na briga, acusando Fernando Henrique de apenas ter assumido a campanha do candidato do PMDB a governador, Orestes Quêrcia, depois que sua vitória já era evidente, e de antes ter colocado um pé na candidatura do adversário pelo PTB, Antônio Ermírio de Moraes. Covas ganhou a parada: chegou ao Senado com quase 8 milhões de votos, a maior votação da história da República, e Fernando Henrique com 1 milhão a menos.

No grito — Na Constituinte, os interesses de ambos eram novamente excluídos. Fernando Henrique foi relator do regimento e, imaginava, assumiria a mesma posição na comissão de sistematização. Covas queria a liderança do PMDB. Pelas regras tácitas da casa, dois senadores paulistas e do mesmo partido não poderiam ocupar duas posições estratégicas. Fernando Henrique apoiou o candidato do então presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o obscuro deputado Luiz Henrique (SC). Covas ganhou no grito: apresentou-se à bancada como candidato dissidente, fez um discurso e virou a mesa. Saiu líder. Fernando Henrique perdeu a relatoria.

O momento seguinte foi de união. No final da Constituinte, Fernando Henrique, Covas, Serra e Montoro saíram juntos para formar o PSDB. Em 1989 Covas foi para o sacrifício, assumindo a candidatura do partido à Presidência da República. Foi a primeira rusga tucana. Derrotado, o partido subiu no muro e envolveu-se em longas discussões sobre em que canoa entrar no segundo turno: a de Fernando Collor, do PRN, ou a de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Já quase às vésperas da eleição, Covas deu um murro na mesa e foi, sozinho, para o palanque de Lula. O resto do partido, inclusive Fernando Henrique, continuou no muro. No ano seguinte, contra sua vontade, Covas foi candidato ao governo de Estado. Com a candidatura afundando, viu-se sozinho — ele e Sérgio Motta, seu coordenador de campanha.

Os "covistas" colam na coluna dos créditos de Covas com Fernando Henrique as duas vezes em que o hoje governador desviou seu companheiro de partido do Ministério de Collor. A primeira foi logo no início do governo, quando a hipótese rolou pelo ar e Covas a devolveu ao destinatário. A segunda foi um convite oficial, discutido pela executiva do partido, que saiu dividido. Covas liderou os "contras", também com murros na mesa. Depois de uma apertada vitória, Fernando Henrique pesou os riscos e decidiu não ir. Se fosse ministro, o partido estaria irremediavelmente rachado.

Tapas e beijos — Por mais contraditório que possa parecer, e mesmo nas contrariedades, a relação entre Fernando e Mário é de respeito. Nas últimas brigas com o governo federal, o governador jamais

reclamou diretamente do presidente, mas da burocracia federal. Mesmo acumulando queixas contra o "descaso" federal com São Paulo, Covas sempre foi ao socorro do presidente, quando chamado.

Sempre que há um problema político, o presidente diz: "Chama o Mário." Isso desde os tempos em que passou pelo Ministério da Fazenda. Com quatro meses no comando da economia do governo Itamar Franco, Fernando Henrique era pressionado pelos políticos a apresentar logo um plano econômico. A equipe técnica — formada por Pêrsio Arida, Edmar Bacha, André Lara Resende, Pedro Malan,

Gustavo Franco, Winston Fritsch e Clóvis Carvalho — resistia à ideia, alegando falta de condições políticas.

Para convencer a equipe de que essas condições seriam garantidas no Congresso, Fernando Henrique chamou a seu apartamento em Brasília quatro políticos do PSDB: Covas, José Richa, Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Covas começou dizendo que não era mais possível prolongar a situação de inflação alta e cobrou da equipe, diante de Fernando Henrique, uma proposta.

Naquela ocasião, relembram os economistas, o papel de Covas foi o de ponderador. Ele logo entendeu a lógica dos economistas: primeiro criar as condições políticas (no caso, a aprovação do Fundo Social de Emergência) para, numa segunda etapa, pôr em prática as medidas econômicas. Àquela altura, já estava concebida a ideia de criar a URV, mas antes era preciso segurar o Orçamento. Esse é o outro lado do relacionamento dos dois: em matérias de consenso, trabalham de "tabelinha".

Massacre — Em 1996, quando aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás — episódio que fez cair a popularidade de Fernando Henrique internamente e causou estragos à imagem do Brasil no exterior —, a primeira reação do Planalto foi a de responsabilizar o governador do Pará, o tucano Almir Gabriel. Para encerrar a troca de críticas entre os governos estadual e federal, foram convocados à cena dois emissários: Covas e Tasso. A reunião foi marcada em Fortaleza, para onde foram discretamente Gabriel e Covas. Dali, foi marcado um encontro do governador do Pará com o presidente Fernando Henrique para encerrar a briga.

Em meio aos relatos de rusgas entre o presidente e o governador, os correligionários sempre reforçam o lado da amizade de ambos. Amizade política — nunca frequentaram as mesmas rodas sociais. Mas, com Fernando Henrique no Palácio do Planalto, o amigo Mário sempre adotou a marca de estar presente apenas quando chamado. Embora tenha acesso livre ao Palácio da Alvorada, Covas não é dos frequentadores assíduos — aliás, uma queixa do tucano de Brasília.

Nestes 33 meses de mandato, o governador Mário Covas esteve no Alvorada menos que uma dezena de vezes. As conversas mais frequentes são por telefone, sempre para tratar de assuntos pontuais. Para encaminhar formalmente suas reivindicações, ele prefere enviar cartas. Neste período, foram entregues três ao presidente.

A primeira, em 1995, para pedir o pagamento de uma dívida da antiga Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) para com a Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos (CPTM), no valor de R\$ 150 milhões, reconhecida pelo Ministério dos Transportes. O presidente remeteu a queixa ao então ministro dos Odacir Klein, mas até hoje não houve o acerto de contas.

A segunda carta foi entregue pessoalmente em abril deste ano, apresentando a proposta paulista para a reforma das polícias. Foi parar nas mãos do secretário de Direitos Humanos, José Gregori, e não obteve o apoio do governo.

A última carta foi encaminhada em julho deste ano e tecia as queixas

de São Paulo com as perdas por causa da lei do ICMS. A resposta veio na sexta-feira passada, quando Fernando Henrique também entregou uma carta a Mário Covas, elogiando a administração paulista, mas referendando os cálculos feitos pelo ministro Antônio Kandir. Covas leu e desabafou: "A palavra do Kandir vale mais do que a minha." No dia seguinte, em reunião do secretariado, Covas anunciou que não pretende disputar a reeleição.

Nas reuniões de governadores do PSDB no Palácio da Alvorada (foram realizadas quatro desde o início do governo até agora), Covas marcava presença; quando o assunto era administrativo, pelo silêncio; quando era político, pelo papel conciliador. Pelo cumprimento na chegada, todos já sabiam como estava o humor do governador de São Paulo. Não era raro ele reclamar do tratamento dispensado pela burocracia federal aos pleitos paulistas.

Humor — Os resmungos do governador são sempre fundamentados nos embates com a burocracia federal. Os problemas políticos ficam de fora. Enquanto os tucanos de São Paulo se queixavam do tratamento dispensado por Fernando Henrique ao adversário local, Paulo Maluf, Covas não reclamava. "O Fernando precisa do PPB no Congresso e é natural que ele converse com o principal líder do partido", disse Covas na época do encontro do presidente com Maluf, para reduzir a importância do fato político. É certo, podem, que considerou desnecessária a estratégia de fazer

um encontro sigiloso e muito menos no Palácio da Alvorada. "Ele não tem de me dizer com quem vai se encontrar, assim como eu não telefono a ele para dizer com quem vou me reunir", disse na ocasião.

Burocracia — O confronto entre Covas e a burocracia federal começou no primeiro mês do mandato. No dia 30 de janeiro de 1995, em sua primeira viagem a Brasília, o governador foi ao gabinete do ministro Pedro Malan para pedir o aval da União para um empréstimo do governo de São Paulo. Na sala de reuniões do ministério, o ministro, na cabeceira da mesa, dirigindo-se apenas ao secretário de Fazenda, Yoshiaki Nakano, lembrou que São Paulo estava inscrito no Cadastro de Inadimplência (Cadim).

Por não ter merecido a palavra do ministro e pelo rigor do governo federal com São Paulo — rigor que não tivera em dezembro com relação a igual pedido feito pelo então governador Luiz Antônio Fleury Filho —, Covas chegou bufando ao Congresso. Ele tivera antes uma experiência desagradável com o mesmo Malan: no dia 29 de dezembro, dois dias antes de assumir o governo, recebera telefonema daquele que seria o ministro avisando da intervenção no Banespa. Só que nem Malan nem nenhum outro assessor enviou a Covas o ato jurídico que formalizou o Regime de Administração Especial Temporária (Raet) para o Banespa. Ele não sabia que, além dos seis meses, o Raet poderia ser prorrogado por mais seis meses. Durou, aliás, dois anos.



COVAS: "O FERNANDO NÃO TEM JEITO..."

FH, SEMPRE AO SER INFORMADO DAS QUEIXAS: "O MÁRIO FAZ O ESTILO CHORÃO"

